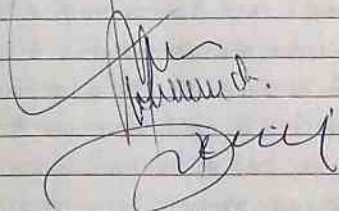


do dia, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para a Expedição Geral, não havendo ora
deixado para o uso da Tribuna neste momento, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão
em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida
e rubricada a expedição definitiva, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.



Ato da décima sétima Sessão Ordinária
do Conselho Geral Legislativo do Povo
do Município de São Paulo, realizada no
dia 04 de maio do ano de 1993 mil
novecentos e noventa e três.

Os dezesseis horas do dia 04 de maio de 1993 mil novecentos e
noventa e três, sob a Presidência do Vereador Marcos da Rocha Mendes, e com a ocu-
pação da Primeira Secretária pelo Vereador Nildo Lins da Silva, reuniu-se Ordinaria-
mente o Conselho Municipal de São Paulo para deliberar, expenderem e chamar nominal-
mente os seguintes Vereadores: Acyr Silva da Rocha, Adalton Lins de Andrade, Amos Bezerra
de Albuquerque, Alfredo Luiz da Rocha Duarte, Antônio Carlos de Carvalho Junqueira, Antônio
Carlos Lins da Silva, Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, Eduardo Antônio Melo, Ivan Luiz
de Araújo, José Oscar Elias, Henrique Schmitt, Luiz Antônio de Aguiar Alves, Adalton Roberto
Lins da Silva, Orlando da Silva Lins e Silas Rodrigues. Sendo havendo número regular-
lar, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão em nome de Deus. E depois, por
de: Aprovada Ata da décima sétima Sessão Ordinária do Conselho Geral Legislativo.
Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna ao Ve-
reador inscrito em livro próprio, foi que nos houve matéria para serem lidas no seguinte
dedicada a leitura do Expediente. Como primeiro vereador inscrito compareceu a Tribuna o Vereador
do Alfredo Luiz da Rocha Duarte, do PT, e relatando sua fala, disse que sua presença na
esta sessão do Conselho Municipal no motivo maior para que o Conselho
trabalhasse pudesse usar a Tribuna no sentido de sempre prestar a colaboração dos

Podino, aperturando e estreitando os laços entre o Brasil e Argentina. Adiante, abordou, tomando como base a Lei Orgânica de sua cidade e aprovado por unanimidade debruçando-se sobre o uso do uniforme em algumas escolas e houve acesso de estudantes ao transporte coletivo municipal. Disse o senhor, que o transporte coletivo era uma necessidade básica e um direito principalmente do habitante e assim empurrou ao Poder do Município legislação. Relatou o senhor, que durante este período também esteve e ficou no Estado de Jardim Esperança, podendo afirmar que uma parcela expressiva da classe trabalhadora era excluída do sistema de transporte do Município, por falta de elevador entre das poucas linhas através da Auto Viação Salinense disse que por tal fato era grande o número de bicicletas no Estado de Jardim Esperança, chegando a contar em uma hora cerca de trezentos trabalhadores dirigindo-se aos locais de trabalho de bicicleta e que muitas vezes, o trabalhador levava o companheiro no "garupa". Disse que fazia tais denúncias e outras, pelo fato da população estar vivendo uma situação indigna. Uma de sua indignação quando ouviu alguém dizer que o trabalhador tinha que se exercitar, principalmente quando se precisava de tanto após o extenuante período de trabalho, e assim não concordava com tal situação criada pelo poder trabalhador. Em seguida, disse que a seu ver, no atual Governo Municipal, a Empresa deveria estar que não havia compromisso com a classe trabalhadora, com a classe menos favorecida do Município. Disse o senhor, que havia conversado com moradores e funcionários da Empresa, tendo sido comunicado que tais funcionários tinham ordens para não deixar o estudante entrar no ônibus se não tivesse material escolar completo, e que esbarrava a lei, que determinava apenas o uso do uniforme do uniforme. Disse que no certo feita a história foi diferente, ao se usar uniforme na cidade a entrada de estudantes nos ônibus e, que a seu ver, ante a mobilização dos estudantes, recomendava a Auto Viação Salinense que não mexesse com "caso de mobilização". Disse que o partir de tal episódio, outras denúncias, inclusive contra o deficiente físico que era distúrbio pelo Salinense, exigindo "cartão" e impedindo que o acompanhante tivesse acesso livre ao transporte. Em seguida, disse o senhor, que na Comunidade de São João, o PT realizou uma série de denúncias contra a mesma Empresa, que durante muito a Comunidade tendo tomado um passo após tal requisição. Argumentou que o transporte, que a este respeito no passado, não eram meios de enriquecimento quando se falava em necessidades básicas. Abriu o senhor, sobre a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, e o acompanhamento na Zona Lural, em relação ao assassinato do lavrador, Senhor Odemar. Disse que a Comissão já iniciou o registro de uma série de depoimentos, e que estava no dia anterior com o delegado encarregado do inquérito, e que outros esclarecimentos seriam prestados pelo Sr. Odemar.

Ja

de Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Vereador Paulo Roberto Siqueira dos Santos
 alegou que a Comissão não possui uma série de departamentos paralelos, visando não es-
 clarear o nome, mas opor a resolver a questão agora no Município, o que já ocorreu
 com eles para o Colégio. Disse que no último mês fez reunião com o Prefeito José
 Bonifácio, que mostrava interesse em estabelecer comando unificado em relação ao UCEB,
 que hoje apontavam como principal agente dos conflitos de terras no regime de Campo
 Novo, e que a participação do atual Governo José Bonifácio, do ex-Vereador José Boni-
 fácio, uma referência muito forte ainda no Município por ter enfrentado o problema. Bom-
 ficou que no próximo dia 10 de abril o PT vai organizar a nível Estadual, uma junta-
 da contra a fome, pela reforma agrária e pela agricultura, e que o PT de Cabo Frio, em
 vidou a ideia os trabalhadores para que participem a vida do trabalhador rural, sendo
 mas, suas atividades e um trabalho bastante difícil. Disse que a junta da sua iniciativa
 em Araruama em contato direto com a população rural, evitando de boca em boca, dirigin-
 do-se ao Prefeito José Bonifácio, relatou que através da Secretaria Municipal de Educação
 poderia ser revista prioridade para o setor, pois determinados problemas ainda não ha-
 viam sido atendidos, não julgando que quatro meses de Governo possa um prazo muito, na
 medida em que as questões eram muitas no setor da Educação, não especificamente a
 questão salarial que demandava mais tempo. Adiante, apontou como exemplo a questão
 da mineração estatal, pública que já tinha de outros governos, considerando um absurdo a
 mineração da FAE, pois era empobrecida, eba de produtos químicos e energéticos, que
 já haviam sido proibidos no primeiro mundo, mas ainda consumidos pela população
 infantil também em Cabo Frio. Disse que com as medidas de austeridade tomadas
 pelo Governo Municipal, por esta tal situação não recebida, visto que nem todas as
 mineração distribuídas eram da FAE e assim encerra sua fala. A seguir, chamou a Tribu-
 buna o Vereador Paulo Roberto Siqueira, e observou após dirigido ao Senhor Prefe-
 to Municipal e ao Presidente da Câmara, para que o Executivo fizesse uso da palavra após
 os Vereadores, para ouvir a Câmara sobre o assunto. Disse que o respectivo tinha tido
 de muitas críticas quanto a administração Municipal, mas sempre defendendo os
 interesses do Município e assim sem prejudicar a Administração Municipal. Des-
 seguindo, disse que as primeiras críticas quanto ao Prefeito Municipal, dizem respeito
 às dimensões por direito, considerando o caráter uma medida de força e que
 sempre produzindo injustiças. Falou também de sua renovação Administração Mu-
 nicipal, por ter dimensão honorária sem concurso e conseqüentemente sem estabi-
 lidade funcional, afirmando no sentido de que o Governo tinha mecanismos como o

contato individual, até que foram realizados os concursos para ingresso no serviço Público Municipal. Apoiou a seguir que a área de Saúde estava em situação precária no atual Governo, pois de que no Governo anterior quando estava a saúde quase falida no Município. Dizia que sua oposição não era radical ou extremista, pois um dilema havia que marcar nos eixos pelo equilíbrio e bom senso na distribuição dos quotas de interesse coletivo. Quanto a educação, disse que mesmo tendo um período de quase noventa dias para assumir, o Prefeito permitiu que o ano letivo se iniciasse com centenas de professores no se de municipal de ensino, lembrando que nos anos passados principalmente no último ano, e, quando os professores liamavam apenas dez minutos, assim comprometendo seriamente a educação dos alunos. Disse a seguir que o Prefeito José Benedito fora eleito pela maioria, que não foi escolhido ao acaso, e que os eleitores que haviam se fragado o seu nome haviam se agasalhado também na experiência de um mandato de seis anos, e que até então, na saúde e na educação principalmente, não havia melhor. Quanto a terceirizações, disse não admitir que enquanto a saúde e a educação funcionavam precariamente, o Prefeito, investisse maciçamente em caminhões e máquinas pesadas, e assim opinava que fossem priorizadas as áreas de saúde e de educação, e que estes recursos fossem utilizados através de firmas ou aluguel de máquinas. Ponderou que as Empresas estavam terceirizando serviços e que municípios estavam terceirizando a educação, e assim sua oposição era na intenção de ajudar o Governo. Quanto as denúncias oriundas do Exército, disse que atuava favoravelmente na Reforma Administrativa embora enfraquecida da comunidade, quando alguns segmentos entendiam que havia um número excessivo de secretarias, mas, era necessário que o Prefeito tivesse o seu Plano Administrativo. Quanto a Renúncia de riapote do ex-governador, disse que embora com certeza a sua Inconstitucionalidade, o Supremo aprovou, demonstrando assim que o Supremo estava sempre a disposição de executar, do Município. Falou a seguir do Decreto 1901/93, também dispondo sobre demissão de funcionários, e, que gerava efeitos a partir de 06 de outubro de 1993, tanto não estava e sem admissão na forma regulada no Artigo 37 da Constituição Federal. Disse que o referido Decreto era confuso, promovendo também inquietação entre os servidores. Em aparte, o Vereador Alcido Souza da Rocha Barreto, disse que quanto a terceirização da educação cominada pelo Vereador Luis Bessa de Figueiredo, a oposição do PT era contrária. Com questão de Ordem colocada pelo Presidente, o Vereador Alcido Pereira do Silva se retirou cinco minutos do seu tempo ao Vereador Luis Bessa de Figueiredo. Respostando dando ao aparte do Vereador Alcido Souza da Rocha Barreto, disse o orador que se-

M

to coisa de diferente haviam visto zer Salas e o representante PT, mas realmente no seu apoio a institucionalização de serviços, inclusive no serviço Público. Quanto aos empreiteiros, e a concessão dos serviços, disse que tudo dependia da capacidade do Prefeito, da competência de sua equipe de trabalho, fundamentalmente a priorização dos trabalhos. Com relação aos investimentos realizados pela Prefeitura em máquinas, equipamentos, disse que não na ordem de um milhão de dólares, cerca de sete e sete bilhões de cruzeiros e, que poderiam estar distribuídos entre as diversas secretarias, principalmente saúde e educação. Dirigiu-se ao Prefeito Municipal, no sentido de que fosse respondido seu Requerimento quanto ao Decreto 1901/93 para tranquilizar aos pensionários e, ainda, que o Prefeito assinasse seu pedido com relação aos idosos que haviam sido desclassificados, pois a questão social deveria ser discutida, na medida em que não aplaudia a Administração que apenas fazia um Governo de pedras, mas também a Administração que mostrasse sua sensibilidade quanto aos dramas do ser humano. Finalizou dizendo que o Prefeito José Bonifácio mereceu sua Administração pelo bom senso, pelo paz e pela solidariedade. A seguir, dirigiu-se ao Tribunal e o Juiz Ricardo de Sá, observando inicialmente que faltavam mil trezentos e quarenta dias para que João José colhesse a saia. Prosseguiu, disse que fizera questão de comparecer ao Tribunal, na oportunidade em que o povo recebia a visita do Senhor Prefeito Municipal, para entender que o Juiz tinha que executar o seu mandato, como agente público e priorizar, para que os seus fossem cumpridos. Adiante, disse que ao longo do seu mandato vinha colocando críticas quanto ao Governo Municipal, e até mesmo registrando a contagem regressiva, a exemplo do que fazia o Prefeito José Bonifácio no tempo em que serviu com muito bombarbano a Juiz. Disse que até mesmo como projeto dos exemplos do senhor Juiz Ricardo de Sá, entre as mostras de intransigente no trato de algumas questões no âmbito administrativo. Acrescentou quanto a demissão de servidores, tendo como base o Decreto 1901/93, de 1º de abril, que embora pensionários não foram demitidos, trouxe a tranquilidade da cidade, da vida de família, quando o texto previa artigos legais para servidores admitidos após a promulgação da Constituição Federal. Com relação aos Balanetes da Prefeitura que ainda não haviam sido enviados à Câmara, disse que apenas usou o cumprimento do seu dever como representante Municipal, da mesma forma como a Prefeitura não publicou os Balanetes do Fundo Municipal de Saúde, incidendo assim em infração política Administrativa. Fez seu pedido transgressão era o fato de não se apegado na Secretaria

Municipal de Fregenda, o movimento francisco deães do Município. Ainda sobre as
 opulências cometidas pela Administração Municipal, disse que fazia questão de verte-
 rar suas críticas na presença do Senhor Prefeito,stando a requer que a publicação
 dos atos do Poder Executivo Municipal fizesse a Constituição Estadual no seu Artigo
 354, na medida em que não eram publicados em jornais de circulação do Rio
 de Janeiro, optando o Executivo pelo Diário Oficial do Estado, havendo assim, mais
 uma infração política Administrativa. Sobre o mesmo assunto, disse que a do Sr.
 Cônego fazia outras referências, no seu Artigo 130, determinando a publicação de
 Opusculos do Município em jornal local, e na impossibilidade, em jornal regional ou Di-
 ário Oficial, argumentando o orador que o Município tinha um numero expressivo de
 jornais, não entendendo porque o Poder Municipal recorria ao Diário Oficial, porqu-
 de um preço bem mais elevado, infringendo assim a legislação municipal. Proferiu
 que sua posição na Tribuna seria de entrar no sentido de atender ao interesse co-
 letivo, e que não tinha nenhum compromisso em elogar a Administração Munici-
 pal quando de suas ações prejudiciais para o Município, no que encerrou sua fala. A
 requer, expôs a Tribuna o Vereador Paulo Roberto Vasques dos Santos, falando in-
 cumbente que começara a ficar preocupado com o fôlego que combatia quando o Vila-
 eler desta Povoação do Silo, o logozar da Tribuna. Proferiu, disse que metódica-
 mente, procuraria municipal, pedras, e ventos poderiam começar a temer, por
 se o Vereador Aires Bessa de Figueiredo por eluto Prefeito, estava todo mundo na
 rua, pois com sua idéa de fazer pagar a quinta Empresas privadas quando tudo no
 Município. Lembrou o Plano Diretor do Município de Arara do Silo, quando de sua
 elaboração, quando uma das ideias mirabolantes, era que a partir de sua aprovação,
 bastaria ao Município, o Prefeito, e vice, e esse de cinquenta jornais, pois o resto se-
 ria quida pela Empresa privada sobre o assunto, disse que quando entras as eschivas
 do Vereador Aires Bessa de Figueiredo, podia concluir que juracionados tinham demitido
 em massa. A requer, o Vereador Aires Bessa de Figueiredo rebatido ao orador por-
 te, e o orador disse que isso concluir após ter ouvido o seu argumento sobre o ta-
 ma concedida. A requer o Vereador Aires Bessa de Figueiredo, argumentando que de
 Acordo, e tratado pela Presidência, disse: o Vereador Aires Bessa de Figueiredo (Que-
 rido de Ordem) O illustre Vereador citou o meu nome e, etc, um autentico combatido
 do Regimento Interno. O Vereador Paulo Roberto Vasques dos Santos (interrompendo)
 Se Vossa Excelência estar Artigo do Regimento lhe dou o parte na boca. O Vere-
 ador Aires Bessa de Figueiredo (continuando na leitura de Ordem) É um homem inteligente

Am

o que o diabo também, e, a inteligência do ilustre Senador é só para o mau. O que eu quero dizer a ele... O Senador Carlos Roberto da Queiroz dos Santos (interrompendo) Senhor Presidente, ele está usando o meu tempo, e assim por ter sua cidade a Comissão de Orden, tem que estar o Regimento Interno para controlar a Rede. O Senhor Presidente chamou de Ambo Mendes (prezando) o senhor do Senador Carlos Roberto da Queiroz dos Santos que preside em seu discurso. Portanto, o Senador do PSD, dirigindo-se ao Senador do PDB, disse que pelo elogio que já tinha ouvido de mesmo, jamais iria estar o raciocínio do ilustre Senador, e que já ia encerrar o aparte, iniciando o indagante que o Município estava pelo Senador do PDB que já estava terceirizando a área da saúde, e, assim, encerrando o aparte a Vossa Excelência. Agradecendo o aparte o Senador Aires Bessa de Figueiredo disse que eram todos os Municípios comandados pelo PSD, só que todos haviam falido, o exemplo do Rio de Janeiro. Interrompendo o Senador Carlos Roberto da Queiroz dos Santos, disse que queria apenas os nomes dos Municípios que haviam terceirizado a saúde. Pontuando o Senador Aires Bessa de Figueiredo, disse que se fosse eleito Prefeito não iria demitir funcionários ali porque todos por este já seria estáveis e, que de acordo com o Senador do PSD, quem não houve evitado ao menos o 2º grau não teria condições de ingressar na Prefeitura, visto a obrigatoriedade de concurso e assim, não admitido os apadrinhados da Administração. Pontuando ainda que o Profissional em o 2º grau não prejudicados, pois grande parte da massa trabalhadora fica obrigada a trabalhar desde cedo, sem direito a educação. Interrompendo em seu discurso, o Senador Carlos Roberto da Queiroz dos Santos disse que visto a explanação no aparte, não estaria a linha de raciocínio do Senador Aires Bessa de Figueiredo, e, compreendendo que o Senador continuava com o mesmo raciocínio acerca de sempre, tanto as tentativas manipuladas a favor da terceirização nos discursos do Senador Aires Bessa de Figueiredo, falava de sua preocupação de que a Prefeitura estava prejudicando a alguma parcela do Senador Aires Bessa de Figueiredo, tal sua insistência no assunto. Interrompendo, disse que o PSD marcava seus alvos na política através da corrupção, e a busca seria educada ali mesmo se o dirigente do ensino público fosse do PSD. Quanto ao caso dos Salários da Prefeitura, disse que da Prefeitura em 07 anterior já havia contratado a Municipalidade, pois fazia questão de ter acesso a tais documentos, e que defendia tal posição também no âmbito do Prefeito Sr. Soldanha, quanto Senadores e a Comissão de controle Prefeito haviam falado. Adiante, disse que o Senador para cobrar o cumprimento da lei tinha que promover a apelação e não poderia ao favor de todo São Paulo.

política, pois com que haviam sido evasentes no governo Sr. Soldado. Recusava e
 requer que o Sr. Súdito defendia a economia salarial, que a questão da insolvência de-
 vria ser discutida mais profundamente com os funcionários, mas reconhecia que o governo
 municipal apontava para algum lugar, pois como solução, o que não ocorreu no governo
 passado, e, que só apontava para o fundo do bolso de algum funcionário, dos melhores
 do governo anterior. Disse que no governo anterior o silêncio falava tão alto que via com
 do até no Sr. de fauço, o emissor comprava, e que na Câmara, apenas raras exceções,
 entre as quais se incluía a exemplo de outros Vereadores à época. Dirigindo-se ao Sr. Pe-
 lo foi Bonifácio, disse que era uma honra para a Câmara o voto e, que não podia dizer
 a oportunidade passar para vitalar uma preocupação muito grande de SSB quanto a que-
 das trabalhadores. Fuzes do Município, falando também de sua condição de Presidente da
 Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara. Falou o recente assassinato de Sr.
 Senhor Adimar, em Campos Novos, e que por mais que se esforçasse, que o crime pudesse ser pre-
 cluído por outros motivos, tinha a convicção de que a morte fora produzida pela inseguran-
 ça com que viviam os trabalhadores de Campos Novos, há pelo menos cinquenta anos. Dis-
 se que tais trabalhadores, que haviam dado tanto ao Prefeito, que haviam dado voto,
 e precisavam de investimento mais na zona rural e que não era apenas o apelo ma-
 terial, representado por habitar em vilas, mas que o Prefeito ouvia as autoridades
 Estaduais e Federais para que fosse resolvido definitivamente o problema de Campos
 Novos, que houvesse paz no trabalho e que sua produção pudesse ser escoada com a seguran-
 ça de que continuavam no terra, e assim, encher sua lata. A seguir o Senhor Presidente
 falou da Festa de São João, convidou para fazer uso da Tribuna o Vereador Orlando da Silva
 Pereira, tendo o mesmo usado o seu tempo para que o país presente a reunião pudesse ouvir o
 pronunciamento do Prefeito foi Bonifácio. Com destinação para uso da Tribuna por parte de
 Vander Orlando da Silva Pereira, ou seja a Tribuna o Vereador Luiz Antônio de Melo Leão.
 Após os cumprimentos de praxe, o Vereador Luiz Antônio de Melo Leão abordou pronunciando
 do Vereador Affonso Luiz da Silva Bandeira, quando o Vereador de ST denunciava a desobediên-
 cia quanto a Comissão Executiva e da Associação do Município. Adiante disse que segundo os
 mentários, inclusive de estudantes, a empresa que monopolizava o transporte não ouvia
 obedecer a Comissão Executiva. Disse o orador ser muito grato o que a cidade que
 monopolizava o transporte não fazer com a Lu. Ligação Municipal. Citou a seguir mais
 uma publicação no jornal "O Sol" de primeira e duas de março de ano em curso tendo como
 manchete "Como cresce sem ele monopólio", aduzindo que não era o responsável pela proble-
 mação. A seguir comentando a matéria do jornal "O Sol", segundo o mesmo, "as lide-

res da Antal do. Estudante, o Senador Luiz Antônio de Albuquerque afirma que a Autarquia Salina não tem respaldo e a Lei de Bônus aprovada pela Câmara Municipal. Adiante, ainda estando matéria de final de ano, registra a seguinte manchete: "Uma parte para a luta contra o monopólio da Salinera e abusa outros fatos, sendo Senador, o crador reproduz matéria do jornal "O Fato", assim se pronunciando: O Senador Luiz Antônio de Albuquerque (Linda matéria do jornal "O Fato") - deixo a seguinte "O Fato" perguntou ao estudante: - Você tem entrado muito a Auto Viação Salinera, não se trata pela questão do cumprimento da Lei Orgânica, mas também pela questão do monopólio. Ser que? O aluno responde, e elare: "O monopólio está ligado diretamente a não na vida e a vida do nosso país. A empresa dita as regras, usa o abuso e aumenta as passagens como oco mulher, e cobrução. O que somos então é a forma de autarquia em que a Salinera se coloca". Está aqui para quem quiser ver, é o jornal "O Fato". Senquando em seu discurso, acusou o crador, o recebimento de ofício número 215193, da Prefeitura Municipal de Anápolis do Gato, relatando comercialização em relação a adação e funcionamento da linha Anápolis do Gato - Gato São Pedro de Alcântara, fazendo o crizer que a linha é um anexo de peso, sobra da exploração de monopólio de uma empresa que, muito, dista a ofício, era o livro fôcil. Senquando na leitura do ofício número 215193, dista o crador aprovação da Prefeitura de Anápolis do Gato, apontando a cooperação não mais como o caminho mais correto para a solução de mais um problema de transporte salinar. Ainda sobra o ofício 215193 o crador faz de a leitura de seguinte teor: "O Senador Luiz Antônio de Albuquerque (Linda ofício número 215193)" por fim concluiu que as assinaturas postas no folha anexa darão maior respaldo para o prosseguimento contra qualquer ação judicial da Empresa Salinera", encerrando a leitura abruca o Senador Luiz Antônio de Albuquerque, que o ofício número 215193 vem assinado por Deus Dória de Oliveira, Prefeito Municipal de Anápolis do Gato. Senquando, disse que já havia estado e lido o livro de Kurt Hagen o procedimento do crader, do monopólio e, estava fazendo abruca com a atitude da Empresa de transporte de Gato São, pois quem lida ali é o direito dos seus interessados. Disse que o monopólio não estava de documento na Câmara, sobra de as palavras do crador desde o dia primeiro de janeiro de 1993, até aquela data, em tom de amargura, como suas tentativas abruca na Câmara. Disse a seguir que os monopólios foram seu trabalho em ação: pedras, no legislativo, no judiciário, no todo o Brasil. Disse que o argumento dele é entender que o Senador deveria ficar sabido de quando no Artigo 53 da Constituição Federal, com inúmeras opiniões, palavras e tudo. Salando sobre a Lei Orgânica do Município, no Artigo 16, é afirmado que o Senado

CM

no são invariáveis em suas opiniões, palavras e atos, no exercício do mandato, na execução do Município. Continuando, disse ser um vergonho o município querer se mostrar presente na Casa, e que de forma alguma podia ser permitido que cessasse no Simara. Depois perguntando, disse ser importante averiguar as pessoas que infelizmente precisavam alguma vantagem para tomar nos ônibus, para talvez até tirar os ônibus municipais da bofeira. Perguntando, disse que no ano passado em 15 de junho já tinha feito uma representação criminal contra o homem que monopolizava o transporte e que até aquela data não havia recebido resposta. Tinha documento, onde ele diz "vou pagar prado com você, usando de todos os meios e recursos. Relato a seguir, que tendo indicação apressado do pelo Casa, em programa do jornalista Maurício Cabral no Rádio Taboão, após sua palavra, representando a Prefeitura da Casa, fez vários de insultos por tal ocasião, voltando ao Juizante providências, que adotadas eliminaram com o intuito de que não crime. Observo que não estava para combater Empresa, ou Empresas em Taboão, ao contrário, deveriam ser apoiadas, mas não podia permitir que as coisas acontecessem como em filmes do "môtu" a ponto de tentar impedir a fala do Vereador, e assim, não podemos falar do preço abusivo das passagens. Adiante, disse que ele (sic) era no culpado o Senhor Prefeito, conforme entrevista que tinha gravado de programa do Rádio Taboão, jogando a culpa no Prefeito o que agora é fãul. Disse ter certeza de que o Prefeito Municipal iria tomar as providências cabíveis e, já estava tomando e, quando ele (sic) perguntou o DETRO podia encontrar por cento, sessenta por cento, o Prefeito dava vinte por cento. Perguntando, disse que ele (sic) não podia tirar a foto noventa e três, mas, quem pagava a foto era o povo, com uma passagem exorbitante, e a cidade de monopólio dizia que o Vereador Luiz Antônio de Azeite tinha feito comentários contra ele, e assim, deduzia que tinha que ser Vereador de uma Empresa. Disse adiante que não podia elato pela Empresa, que não precisava se rodejar, se humilhar e nem mesmo tomar coragem para ser Vereador de monopólio. Observo que se um dia houve que praticar tal coisa antes tinha a dignidade de renunciar ao seu cargo, como já fizera. Disse estar disposto a tudo, que não iria recuar, pois tinha o apoio e estava baseado na da maior do Município e finalizando disse de sua certeza de que a Casa sabia se portar diante das falas. Depois que o Senhor Presidente, Carlos da Rocha Mendes, disse que estava sobre o livro após entregue pessoalmente pelo Prefeito José Bonifácio Pereira Loulline, encaminhando o Sr. Malaneda do Sindicato referentes aos meses de janeiro e fevereiro do ano em curso de acordo que no documento o Prefeito reconhecia o atraso na renovação do mesmo e, assim apresentava suas desculpas. Perguntando, o Senhor Presidente agradeceu a

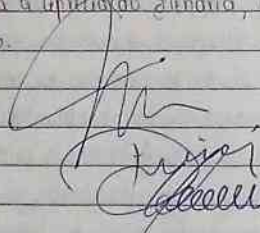
M

presença do Prefeito por Benedito Ferreira Cavallina e o requerer perante a Prefeitura para a falta do Executivo Municipal. Quando suas palavras a Senhor Prefeito por Benedito Ferreira Cavallina, falou de sua esposa e da sua honra por entrar a Casa, mas também por participar dos trabalhos dos Senhores Vereadores. Disse que enviara seu pedido público na Câmara juntamente com outros ilustres políticos do Município. Quanto ao que eu encaminhando os Balanços de Janeiro e Fevereiro, afirmou que o retardamento do envio dos Balanços, devia-se a estadia Administrativa excessiva e emperrada do Prefeito, apesar do extraordinária educação, no caso, dos funcionários da Secretaria Municipal de Fazenda. Quando disse que não era como não remediar na falta, na medida em que não dependia do montante do Prefeito e Balanço estar na Câmara dentro do prazo previsto em lei, mais afirmava que já adotara as medidas para que a transferência dos atos mais importantes do Executivo Municipal fosse uma constante na Administração Municipal, a qualquer tempo ao estado cabocense. Quando disse que uma das primeiras atitudes de seu Governo foi firmar um convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em virtude que tentara com a maioria dos Vereadores, quando a Instituição desenvolveria um plano de ação Administrativa principalmente quanto a Secretaria Municipal de Fazenda. Disse que o trabalho culminava com a informatização da Secretaria Municipal de Fazenda, e com tal sistema ligado a Câmara Municipal, e assim as prêmios do Município seriam acompanhados dia a dia pelos Senhores Vereadores. Quando disse que brevemente todos os documentos atinentes ao desenvolvimento da Administração Municipal estava sendo encaminhados no prazo para o legislativo, incluindo os Balanços do IBASCAF e do PROCAF embora a lei não obrigasse quanto a retenção por se tratar de Empresa de Economia Mista do Município, mas fazia questão de tal prática, pois exigia que a fiscalização de negócios do Prefeito se fosse de forma mais ampla possível. Enunciou ainda que todas as Instituições do Município tinham um mini computador prontos integrados a Administração, e assim todos os segmentos da sociedade cabocense estava sendo das licitações, concorrentes entre outras práticas Administrativas. Ainda sobre o sistema de informática, interligando Prefeitura, Câmara e outras entidades representativas do Município, disse de seu desejo de que tal pesquisa fosse definitiva para o povo de Cabo Frio, que não pudesse ser destruído, sobretudo, que não fosse apenas o ganho de uma Administração, e que no futuro o povo de Cabo Frio não permitisse sua paralisação, a qualquer motivo. Quanto as demissões ocorridas no seu governo, falou sobre alguns que faziam um resumo de contrato, ou contrato oral e ali mesmo demissão pura e simples. Disse que realmente assumia o ônus de con-

CM

duar extintos aproximadamente oitocentos e noventa contratos realizados no decurso do ano de 1992, alguns nulos de pleno direito, firmados em pleno período eleitoral. Dessepa-
do em sua explanação quanto a situação dos servidores disse ter expulso e bota-
ro de precatórios que simplesmente não trabalhavam, mas reconheceu que bem poucos eram
realmente trabalhadores. Falou de passado, das plagas indignas a que eram submetidos os
trabalhadores, os servidores trabalhadores, juntamente com outros que preferiu não adju-
nar, mas o que conseguia total desrespeito ao servidor Municipal. Disse que graças
a gestão do Bonny e também do Banco do Brasil, o servidor estava tendo um pou-
co mais de dignidade quando de pagamento. Falou a seguir da importância de inco-
humbente moção em áreas tradicionalmente de responsabilidade do Poder Público, e
também da iniciativa privada, enfatizando ex não falava em terceirização, mas que no
seu primeiro governo junto com o governo do Estado construiu a rodoviária, e com a in-
iciativa privada instalou a Avenida Júlia Kubstchick e hoje aquela região tinha um
comércio florissente gerando centenas de empregos. Insinuando disse que o Poder Públi-
co não podia mais obrigar pessoas que não tinham o gosto de trabalhar na gestão Pú-
blica, que não gostavam o mesmo do Município, e, em Cabo Frio parapolitmente não
permitiria que os precatórios vissem o seu trabalho na Prefeitura como um "buro". Con-
sidera a seguir o que seia das pessoas que ainda estavam desempregadas em Cabo Frio
aduzindo que na medida das necessidades tais pessoas estavam sendo encaminhadas
para a Administração. Disse que na área de educação, quando da ampliação das
vagas, houve a contratação do empresário local, na medida em que era necessária a
relação para aquisição de mil conjuntos de cadernos, e que quinhentas foram firmadas
pelo setor empresarial do Município, quando firmas de outros Estados já estavam apresen-
tando suas propostas. Disse que na Escola América Visconde, na Saudade, já haviam sido
abertas onze turmas de quinta série, beneficiando quinhentos alunos que tinham interrup-
to seu caminho caso não houvesse contrato com a Sulago. Falou também de aprova-
lamento de espaços de Templos Religiosos em Cabo Frio, e no Distrito, que as posi-
ções de serem utilizadas seriam salas de aula. Ainda sobre campo de material disse
que o dinheiro tinha que ficar em Cabo Frio, quando empregos e impostos, e assim
após a primeira etapa em que o empresário local ainda não estava aparelhado, com as
lâmpas de novas compras, acudilou que a certa prazo o empresariado de Cabo Frio es-
tava preparado para atender as necessidades da Prefeitura, com produtos de qualidade, com
tanto preço, e, preço mais acessíveis. Falando a seguir da importância da Câmara, do
mandato do Vereador, disse que o sucesso da Administração Municipal passava pelo be-

gestão e, agradecendo, colocou-se a disposição de todos para responder a indagações, se assim fosse o desejo de Honório. A seguir, o Senhor Prefeito respondeu a uma série de perguntas dirigidas pelo Senhores Vereadores sobre a Administração municipal, os planos de execução a curto e médio prazo, questões e problemas a serem resolvidos e a seguir, reiterando agradecimentos encerrou sua participação na Reunião da Câmara Municipal de Cabo Frio. Logo quando na direção dos trabalhos, o Senhor Presidente passou a palavra ao Vereador Orlando da Silva Pereira para que em nome da Câmara presidisse os pronunciamentos finais em nome da Câmara. Disse inicialmente o Vereador Orlando da Silva Pereira de sua honra por estar falando em nome da Câmara e, agradecendo a honrosa presença do Prefeito José Bonifácio Ferraz no Município no caso disse a seguir, que o Prefeito estava honrando compromissos com o Chile de Executiva Municipal, fazendo chegar pessoalmente a Câmara os Balanços da municipalidade. Prosseguiu, disse que a Prefeitura do caso estava a disposição do Senhor Prefeito sempre que fosse necessária seu pronunciamento para esclarecer a opinião pública através da Câmara e, reiterando agradecimentos ao Senhor Prefeito, encerrou sua fala. Vendo mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra da Reunião e, agradecendo a presença de todos e invocando o nome de Deus encerrou a presente Reunião. E para constar, mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Honório, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.


José Bonifácio Ferraz

Ata do Dia da Reunião Ordinária do Conselho Geral da Câmara Municipal de Cabo Frio realizada no dia 06 de maio de 1993

As duas horas do dia 06 de maio de 1993 mil novecentos e noventa e três, sob a Presidência do Vereador Orlando da Silva Pereira, e com a participação do Senhor Prefeito José Bonifácio Ferraz da Silva, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam o chamado nominal os seguintes Vereadores: Alfredo Luiz do Nascimento, Luiz Antônio de Mello Cabral, Dalton Roberto Pereira de Souza e Orlando da Silva Pereira. Constatada a ausência de "quorum"